

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

CARGO 47: PROCURADOR MUNICIPAL PR-1, GRAU A



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BARCARENA



CETAP

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

- 01** Você está recebendo o seu Caderno de Questões, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha, numeradas de 01 a 50, em ordem sequencial. Confira a sequência numérica de seu Caderno de Questões antes de iniciar a resolução, assim como o número de páginas, comunicando, imediatamente, ao Fiscal de Sala, em caso de repetição ou ausência de questão ou página.
- 02** Você deve conferir, na capa do Caderno de Questões e no rodapé das páginas internas, o cargo a que o Caderno de Questões se refere. Caso você tenha recebido um Caderno de Questões que não corresponda ao mesmo cargo descrito no seu Cartão Resposta, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala e exija o Caderno de Questões correto.
- 03** As respostas das questões objetivas de múltipla escolha do Caderno de Questões deverão ser transcritas para o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente.
- 04** Para cada questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha existirão 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D e E), das quais apenas uma será correta, de acordo com o comando da questão. A marcação de mais de uma no Cartão Resposta anula, automaticamente, a resposta da questão.
- 05** O tempo máximo disponível para realização da prova é de 3h30 (três horas e trinta minutos), já incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do Cartão Resposta.
- 06** Somente depois de decorridos 60 minutos do início da prova, o candidato poderá entregar o seu Caderno de Questões e o seu Cartão Resposta, e retirar-se da sala de prova.
- 07** Os 3 (três) últimos candidatos só poderão sair da sala de prova juntos.
- 08** Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões e o Gabarito desde que nos últimos 30 (trinta) minutos antes do término da prova.

ATENÇÃO

Escreva no espaço apropriado do **Cartão Resposta**, com a sua caligrafia usual, a seguinte “frase mestra” de Fernando Pessoa:

“Sinto-me nascido a cada momento.”

A transcrição da “frase mestra” é obrigatória e servirá para identificar o Cartão Resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição ocasionará a eliminação do candidato no presente concurso público.



Leia o texto e responda o que se pede no comando das questões.

Existir, a que será que se destina?

Quando entra no ar a vinheta do Jornal Nacional, meu coração vai apertando porque sei que lá vem. Não me refiro às quedas na bolsa, à desvalorização do real ou às exigências do FMI, que tudo isso já vi. Refiro-me às consequências de um mundo hostil, predatório e tremendamente injusto, seja no Brasil, em Ruanda ou em qualquer lugar onde crianças passem fome, senhoras durmam em calçadas tentando matricular seus filhos ou aposentados morram em corredores de hospitais. Cada vez mais difícil digerir a vida como ela é para a maioria.

As crianças que eu conheço estudam em escola particular, compram livros, vão ao cinema, tomam lanches, são sócias de um clube, possuem roupas coloridas, têm brinquedos, praticam esportes, vão à praia e no primeiro sinal de doença, as mães telefonam para o médico e marcam consulta para o mesmo dia, tendo a seu dispor ar-condicionado e competência. Tudo caro. É o preço de poder ter um dia feliz entre duas noites de sono.

As crianças que não conheço não têm nada disso, e quando forem adultas terão menos ainda, porque até a inocência irão perder. Nunca viram um hambúrguer, não sabem o gosto que a Fanta tem, dos picolés sentem o gosto apenas do palito, não têm leite de manhã e não têm molho para o macarrão que às vezes comem. Mascam chicletes usados, assim como seus pais fumam baganas encontradas no chão. Um estômago vazio entre duas noites de sono.

Para a maior parte das pessoas, o espaço que existe entre nascer e morrer não é ocupado. Não comem, e não comendo, não estudam, e não estudando, não trabalham e não trabalhando, não existem. São fantasmas que não conseguem libertar-se do próprio corpo. Nós enquanto isso, discutimos o novo disco da Alanis Morissete, aplaudimos a chegada do Xenical, vemos as fotos do Morumbi Fashion, comemoramos o centenário de Hitchcock, comentamos o lançamento do novo Renault Clio, torcemos por Central do Brasil. Saímos para dançar, provamos comida árabe, andamos de banana boat, fazemos terapia e regamos girassóis. Fazemos interurbanos, jogamos no Toto Bola, compramos o batom que seduz os moços e a espuma de barbear que seduz as moças. Bem alimentados, instruídos e com um mínimo de saldo no banco, ocupam o espaço entre acordar e adormecer.

Quem não come, não sabe ler e não tem medicamento não ocupa espaço algum. Flutua no vácuo, respira por aparelhos, ignora a própria existência, só sabe que está vivo porque, de vez em quando, sofre um pouco mais que o normal, porque o normal é sofrer bastante, mas não a ponto de não haver diferença entre nascer ou morrer.

Fonte: Marta Medeiros, fev/1999, p. 162.

Questão 01

Pode-se afirmar que o texto objetiva:

- A) refletir sobre as diferenças sociais e o sentido da vida.
- B) apresentar a ausência de problemas em classes privilegiadas financeiramente.
- C) apostar que só o futuro dará vida melhor ao menor desfavorecido.
- D) denunciar que a criança carente é fruto do descaso familiar.
- E) ratificar o bom atendimento na rede pública de saúde.

Questão 02

No primeiro parágrafo, Marta Medeiros usa uma estratégia de sensibilização ao leitor que consiste em:

- A) colocar a fome como problema mundial.
- B) listar crianças, mulheres e idosos como vítimas sociais.
- C) denunciar o papel da mídia de reforçar a visão pessimista.
- D) mostrar que até a autora começa a se incomodar com o noticiário.
- E) concluir que a vida não está fácil para ninguém.

O fragmento seguinte é base para as questões 3, 4, 5, 6 e 7:

“Fazemos interurbanos, jogamos no Toto Bola, compramos o batom que seduz os moços e a espuma de barbear que seduz as moças.”

Questão 03

Das duas orações adjetivas presentes no excerto, é correto afirmar que são:

- A) silepses.
- B) prosopopeias.
- C) eufemismos.
- D) pleonasmos.
- E) metonímias.

Questão 04

Os antecedentes dos pronomes relativos são, respectivamente:

- A) moços, moças.
- B) interurbano, Toto Bola.
- C) batom, espuma
- D) seduz, barbear.
- E) jogamos, compramos.

Questão 05

Os verbos “fazer”, “jogar” e “comprar”, quanto a predicação, são, respectivamente:

- A) verbo intransitivo, verbo intransitivo, verbo intransitivo.
- B) verbo de ligação, verbo intransitivo, verbo transitivo indireto.
- C) verbo transitivo indireto, verbo transitivo indireto, verbo intransitivo.
- D) verbo transitivo direto, verbo intransitivo, verbo transitivo direto.
- E) verbo transitivo direto, verbo transitivo direto, verbo transitivo direto.

Questão 06

As preposições “em” e “de” estabelecem noções, respectivamente, de:

- A) companhia, modo.
- B) tempo, finalidade.
- C) lugar, especificação.
- D) posição, lugar.
- E) finalidade, posse.

Questão 07

As vírgulas foram empregadas no fragmento:

- A) para separar orações coordenadas.
- B) para separar orações intercaladas.
- C) para separar termos da mesma função sintática.
- D) para indicar deslocamento do adjunto adverbial.
- E) para sinalizar o aposto.

Questão 08

Assinale a alternativa em que a frase comprova um determinismo em relação aos carentes:

- A) "(...) ocupam o espaço entre acordar e adormecer."
- B) "(...) não têm molho para o macarrão (...)"
- C) "Um estômago vazio entre duas noites de sono."
- D) "Mascam chicletes usados, assim como seus pais fumam baganas encontradas no chão."
- E) "(...) a ponto de não haver diferença entre nascer ou morrer."

Questão 09

A classificação correta do termo "como" em: "Cada vez mais difícil digerir a vida como ela é para a maioria." é:

- A) conjunção subordinativa comparativa.
- B) conjunção subordinativa conformativa.
- C) conjunção subordinativa causal.
- D) conjunção subordinativa concessiva.
- E) conjunção subordinativa consecutiva.

Questão 10

Em: "(...) vão à praia (...)", foi usado o acento grave, indicativo da crase, adequadamente. Entretanto, isso não ocorreu em:

- A) Vamos à casa de pobres.
- B) Vamos à mansões de "barões".
- C) Vamos àquele posto de saúde.
- D) Vamos à terra das oportunidades.
- E) Vamos à vida justa e feliz.

Fragmento para as questões 11 e 12.

"As crianças que não conheço não têm nada disso, e quando forem adultas terão menos ainda, porque até a inocência irão perder."

Questão 11

A função da linguagem predominante no excerto é:

- A) apelativa.
- B) referencial.
- C) metalinguística.
- D) fática.
- E) emotiva.

Questão 12

Assinale a alternativa em que a palavra é acentuada para indicar pluralização:

- A) não.
- B) têm.
- C) até.
- D) inocência.
- E) irão.

Questão 13

Marque a alternativa cujos parágrafos, semanticamente, apresentam valor antitético:

- A) 1 e 5.
- B) 1 e 2.
- C) 2 e 3.
- D) 1 e 4.
- E) 3 e 5.

Questão 14

Sobre a colocação do pronome oblíquo em: "Não me refiro às quedas na bolsa, (...)", é correto afirmar:

- A) Usou-se a próclise, pois os advérbios são partículas atrativas.
- B) Empregou-se a ênclise pela presença de partícula negativa.
- C) É inadequada, pois a mesóclise é obrigatória.
- D) Foi usada a próclise por opção estilística.
- E) É referendada a próclise pela oração ser optativa.

Questão 15

É correto afirmar de: "Quem não come (...) respira por aparelhos (...)" que:

- A) a autora empregou um eufemismo.
- B) denota o estado crítico da saúde no Brasil.
- C) critica a vida fútil da burguesia brasileira.
- D) "aparelhos" é uma forma metaforizada de Estado.
- E) é a situação de todos os pobres brasileiros, sem exceção.



INFORMÁTICA

Questão 16

Sobre a "Auto-Recuperação de Documentos" no Microsoft Word 2007, analise as afirmativas seguintes e marque a alternativa correta:

- I- Para configurar a auto-recuperação de documentos, abra o Microsoft Word, clique no botão do Microsoft Office e clique em Opções do Word. No Painel de Navegação, clique em Salvar.
- II- Os arquivos de auto-recuperação terminam com a extensão .asd.
- III- Os arquivos .asd são salvos em um servidor remoto da Microsoft.
- IV- Os arquivos .asd são automaticamente convertidos e salvos para .doc.

- A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Somente a afirmativa III está correta.
- C) Somente a afirmativa IV está correta.
- D) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 17

Em uma instituição pública é comum dois ou mais funcionários, com seus computadores conectados em rede, precisarem compartilhar entre si arquivos e pastas localizados no seu computador utilizando a rede local de computadores. Sobre o compartilhamento de arquivos e pastas em rede, no Microsoft Windows 7, é correto afirmar que:

- A) ao compartilhar uma pasta, o usuário pode especificar a pessoa (conta de usuário) com quem deseja compartilhar.
- B) o único tipo de permissão de acesso disponível no Windows 7 para uma pasta compartilhada é de "somente leitura", por questões de segurança.
- C) as pastas públicas (Documentos, Downloads, Música, Imagens e Vídeos públicos) do Windows 7 são acessíveis somente por usuários autenticados localmente no próprio computador.
- D) somente os arquivos e pastas localizados na pasta "Meus Documentos" podem ser compartilhados.
- E) os arquivos com as extensões doc, xls e ppt podem ser compartilhados somente com grupos de usuários da rede.

Questão 18

Marque a alternativa errada sobre os recursos para impressão de documentos do Microsoft Excel 2007:

- A) no modo de exibição "Layout de Página", você pode ver exatamente como a planilha será impressa e também editá-la.
 B) na opção de impressão, pode-se escolher o que imprimir. A opção "Seleção" define a impressão somente das células selecionadas.
 C) na opção de impressão, pode-se escolher o que imprimir. A opção "Planilhas Ativas" define a impressão somente das planilhas selecionadas.
 D) na opção de impressão, pode-se escolher o que imprimir. A opção "Pasta de trabalho inteira" define a impressão de todos os documentos no formato Excel que estão salvos na mesma pasta.
 E) é possível especificar o intervalo de páginas a serem impressas.

Questão 19

Assinale a alternativa que apresenta a definição correta para as ferramentas de Internet apresentadas:

- A) Twitter: serviço de gerenciamento de tarefas disponibilizado via Internet.
 B) YouTube: serviço de e-mail gratuito disponibilizado via Internet.
 C) Skype: serviço de troca de mensagens de texto, voz e vídeo via Internet.
 D) Facebook: serviço de agenda online.
 E) Gmail: é uma ferramenta de microblog e rede social.

Questão 20

No contexto da segurança da informação, existe um sistema que é usado para prevenir o acesso não autorizado de usuários da Internet a uma rede privada (intranet). Esse sistema pode ser implementado em hardware, software ou combinação de ambos. As mensagens que entram e saem da intranet devem passar por esse sistema que aplica suas políticas de segurança para permitir ou não a transmissão das mesmas. Esse sistema é denominado:

- A) Antispyware.
 B) Firewall.
 C) Cavalo de tróia.
 D) Antivírus.
 E) Adware.



ATUALIDADES

Questão 21

"Protestos contra imigrantes levam milhares a ruas da Europa. Grupo islamofóbico Pegida organizou manifestações em várias cidades. Duas das maiores manifestações aconteceram em Dresden e Praga." (Fonte: g1.globo.com / Data: 06.02.2016). Sobre o assunto noticiado na reportagem, analise as afirmações seguintes e marque a alternativa correta:

- I- Milhares de pessoas participaram de manifestações contra imigrantes, neste sábado (6), em Dresden (leste da Alemanha) e em outras partes da Europa, em uma jornada europeia organizada pelo movimento islamofóbico Pegida e repleta de incidentes.
 II- Em Amsterdã, soldados do Batalhão de Choque prenderam vários manifestantes pró e anti-Pegida, após confrontos com a Polícia no centro da cidade. Algumas centenas de pessoas participaram das manifestações.
 III- Um grupo contrário ao que defende o Pegida também se manifestou nas ruas de Dresden neste sábado (6).

IV- O Pegida, "Patriotas Europeus Contra a Islamização do Ocidente", movimento de extrema direita nascido na Alemanha durante o outono (hemisfério norte) de 2014, convocou em 23 de janeiro manifestantes em 14 países da Europa sob o lema "Fortaleza Europa".

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
 B) Apenas as afirmações III e IV estão corretas.
 C) A afirmação III está correta.
 D) A afirmação IV está errada.
 E) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas.

Questão 22

"Vazamento de rejeito de mineração no Rio Paraíba é contido em Jacareí, SP. Reparo na barragem que rompeu foi concluído às 13h20 deste sábado (6). Abastecimento em São José deve ser normalizado no domingo (7), diz Sabesp." (Fonte: g1.globo.com / Data: 06.02.2016). Sobre este vazamento, apenas não se pode afirmar:

- A) O vazamento provocou desabastecimento de água a 75% a população de São José dos Campos (SP). A Sabesp informou a tarde que retomou a captação, mas o serviço só deve ser normalizado neste domingo (7).
 B) O reparo foi feito pela mineradora responsável pelo incidente, Samarco, com a supervisão de técnicos da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).
 C) Após estancar o vazamento, o risco do incidente afetar o abastecimento de água em cidades próximas, como Taubaté e Pindamonhangaba, que também captam água do Paraíba, foi minimizado. A informação é do gerente de divisão da Sabesp em Taubaté, Claudio Katayama.
 D) O vazamento causou turbidez na água do rio e inviabilizou a captação no trecho de São José, que é normalmente feita com uma turbidez de 20 UNT (escala que mede a turbidez da água).
 E) A empresa depositava, irregularmente, os rejeitos da extração no lago de uma outra mineradora, que está com as atividades paralisadas, em processo de renovação de licença. O lançamento não autorizado elevou o nível de sedimentos na lagoa e causou o rompimento da estrutura, lançando os rejeitos no rio.

Questão 23

"Data para a retirada de navio Haidar do rio é incerta. Empresa que fará a remoção só será conhecida entre os dias 15 e 19 (...) Passados quase 120 dias, o acidente ainda provoca prejuízos para os setores da economia que dependem da qualidade da água. A praia do Conde continua interditada, afetando o sustento de mais de cem famílias que vivem na região e dependem do turismo e do comércio. Os comerciantes também reclamam que, desde o naufrágio, só receberam água mineral e cestas básicas do poder público. E afirmam que a Secretaria de Portos da Presidência da República não cumpriu a promessa de pagar um salário mínimo mensal aos comerciantes até a liberação das praias. A Secretaria informou que a Companhia Docas do Pará (CDP), que administra o porto de Vila do Conde, aguarda uma decisão judicial com um levantamento de famílias prejudicadas para fazer o pagamento aos comerciantes." (Fonte: ormnews.com.br / Data: 04.02.2016). Sobre esta remoção, é incorreto afirmar:

- A) O proprietário do navio Haidar, que há quase quatro meses afundou no porto de Vila do Conde, em Barcarena, informou à Marinha que, no período de 15 a 19 deste mês, apresentará a empresa contratada para realizar o salvamento da embarcação.
 B) A Marinha do Brasil aguardará a divulgação da empresa contratada para a realização da remoção do casco do navio 'Haidar' até a data limite para somente, então, adotar as ações dentro de sua competência legal, informou a assessoria de comunicação social da Capitania dos Portos da Amazônia Oriental (Cpaor).

C) A Marinha, por meio da Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, notificou e intimou, por meio da publicação de edital no Diário Oficial da União (DOU), no dia 19 de janeiro, o armador/proprietário/seguradora a se manifestarem, objetivamente, quanto a remoção da embarcação no prazo de 15 dias. Tal medida foi adotada uma vez que a permanência da referida embarcação no local onde se encontra naufragada constitui-se “em perigo à navegação, agravamento dos danos de terceiros e ao meio ambiente, além de trazer prejuízo à atividade portuária, decorrentes do impedimento do uso de três berços de atracação do porto de Vila do Conde”.

D) Apesar dos responsáveis terem realizado a retirada do óleo do navio e de parte da carga, ainda não foi entregue, para aprovação pela autoridade marítima, o plano para a reflutuação e destinação final do casco, informa ainda a capitania.

E) O edital de intimação é assinado pelo capitão dos Portos da Amazônia Oriental, o capitão-de-mar-e-guerra Aristide de Carvalho Neto. No documento, ele cita que o naufrágio da embarcação 'Haidar', de bandeira iraquiana e ocorrido no dia 6 de outubro de 2015, ocasionou a perda da carga de animais vivos (cinco mil bois, que seriam transportados para o Líbano), danos ambientais, prejuízos à navegação e danos a terceiros.

Questão 24

“Incrá deve assentar 256 famílias no Pará ainda este ano. Os projetos de assentamento no Estado fazem parte da ação de fortalecimento da reforma agrária.” (Fonte: ornews.com.br / Data: 02.02.2016). Sobre estes projetos de assentamento, analise os itens a seguir e marque a alternativa correta:

I- A desapropriação de uma fazenda em Marabá e a destinação para uso público das Glebas Buriti e Rio Maria, nos municípios de Sapucaia, Xinguara e Curionópolis, permitirão a criação de 256 unidades agrícolas familiares no sudeste paraense.

II- Todos os assentados deverão estar registrados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal. Os projetos de assentamento no Estado fazem parte da ação de fortalecimento da reforma agrária, lançado no mês passado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

III- Em Marabá, os mais de 2,3 mil hectares da Fazenda Tibiriçá possibilitarão a criação do Projeto de Assentamento Três Ilhas, que abrigará 147 famílias de sem-terra. Os assentados ocupam a região às proximidades da fazenda desde 2003.

IV- A ação de fortalecimento feita em conjunto pela Secretaria Estadual de Reforma Agrária e o Incra instalou, no último dia 23 de janeiro, a sala de situação de reforma agrária para monitorar o assentamento de famílias e futuras desapropriações de terras. A intenção do governo federal é que, por meio da ferramenta, haja maior celeridade ao processo de reforma agrária.

- A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- C) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- D) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- E) Todos os itens estão corretos.

Questão 25

“União quer atrair investimentos com leilões. No dia 31 do próximo mês, será realizado o leilão de arrendamentos no qual serão oferecidas 6 áreas em terminais portuários no Pará.” (Fonte: diarioonline.com.br / Data: 07.02.2016). Apenas não se pode afirmar sobre esta operação da União:

- A) O preço mínimo para essa disputa será o valor simbólico de apenas de R\$ 1. Além disso, os lances vencedores ainda poderão ser parcelados.

B) Com o leilão, o Ministério dos Portos pretende garantir investimentos, e não apenas gerar receita para o Governo Federal, por meio do pagamento de outorgas.

C) No leilão, que acontecerá no dia 31 de março, serão oferecidas apenas cinco áreas em Santarém e uma em Belém, no terminal de Outeiro.

D) Para tornar a disputa ainda mais atrativa, o Governo Federal decidiu permitir o parcelamento do valor da outorga, com o pagamento de 25% na assinatura do contrato, dividindo o restante em 5 parcelas, em 5 anos - a correção será feita pelo IPCA.

E) Investidores do Brasil e do exterior têm sido atraídos pela possibilidade de trabalhar com terminais portuários no Norte brasileiro - como os que serão leiloados -, graças ao potencial da região. Um dos setores que mais têm a crescer com isso é o agronegócio, que será beneficiado com mais infraestrutura e redução de custos para exportação de produtos.



LEGISLAÇÃO

Questão 26

De acordo com a Lei Complementar n.º 004/94, de 24 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Quadro de Pessoal e Funcional da Prefeitura Municipal de Barcarena, e dá outras providências, marque a única alternativa correta:

- A) Cargo em Comissão é aquele que, em virtude de Lei, depende de confiança pessoal para seu provimento e se destina ao atendimento das atividades de direção e assessoramento intermediários.
- B) As Funções Gratificadas destinam-se ao atendimento dos encargos de direção e assistência superior.
- C) A carreira é a linha de acesso do servidor mais elevada, respeitando apenas o merecimento.
- D) O desenvolvimento na carreira dar-se-á por progressão e Ascensão Funcional.
- E) Progressão Funcional é a elevação do servidor à referência imediatamente superior em cargo distinto, obedecendo aos critérios da antiguidade ou merecimento.

Questão 27

Sobre a Ascensão Funcional prevista na Lei Complementar n.º 004/94, de 24 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Quadro de Pessoal e Funcional da Prefeitura Municipal de Barcarena, e dá outras providências, analise os itens seguintes e marque a alternativa correta:

I- Ascensão Funcional é a elevação do servidor da categoria funcional a que pertencer para o cargo de referência inicial da categoria funcional mais elevada, respeitada a habilitação profissional exigida para provimento.

II- No caso em que o servidor estiver ocupando cargo de referência cujo vencimento seja superior ao valor da referência inicial da categoria funcional para a qual ascender, será considerada para efeito de provimento, a referência do valor equivalente.

III- A ascensão funcional far-se-á mediante processo seletivo, verificada a existência da vaga.

IV- Somente poderá concorrer a ascensão funcional o servidor que no mínimo, possuir doze meses de efetivo exercício no cargo.

- A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- C) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- D) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- E) Todos os itens estão corretos.

Em atenção à Lei Complementar n.º 002/94, de 01 de agosto de 1994, que dispõe sobre a instituição do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Barcarena e determina outras providências, responda as questões 28, 29 e 30 a seguir.

Questão 28

Sobre a seção IV, que trata “Da Posse e do Exercício”, analise as afirmações seguintes e marque a alternativa correta:

I- O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

II- Ao entrar em exercício, o servidor apresentará a quem de direito os elementos necessários ao seu assentamento individual.

III- A promoção, ou ascensão interrompem o tempo de exercício, que é contado do novo posicionamento na carreira a partir da data da publicação do ato que promover ou ascender o servidor.

IV- O servidor transferido, removido, redistribuído ou cedido, que deva ter exercício em outra localidade, terá trinta (30) dias de prazo para entrar em exercício, excluindo, nesse prazo, o tempo necessário ao deslocamento à nova sede.

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmações III e IV estão corretas.
- D) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- E) Apenas as afirmações II e IV estão corretas.

Questão 29

Em atenção às “Diárias” percebidas pelo servidor, apenas não se pode afirmar:

A) O servidor que, a serviço, se afastar da sede em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, fará jus a passagens e diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

B) A diária será concedida por dia de afastamento sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

C) Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor fará jus à metade das diárias.

D) O servidor que receber diária e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-la integralmente, no prazo de cinco dias.

E) Na hipótese do servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo de cinco dias.

Questão 30

É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo. Este é o Direito de Petição. Sobre o assunto, é incorreto afirmar:

A) O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

B) Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido ou até proferido a primeira decisão podendo ser renovado.

C) O requerimento e o pedido de reconsideração deverão ser despachados no prazo de cinco dias e decididos dentro de trinta dias.

D) Caberá recurso do indeferimento do pedido de reconsideração e das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

E) O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de trinta dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão decorrida.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

Ação de Improbidade é aquela que se pretende o reconhecimento judicial de condutas de improbidade na Administração, perpetradas por administradores públicos e terceiros, e a consequente aplicação das sanções legais, com o escopo de preservar o princípio da moralidade administrativa. Sobre a Improbidade Administrativa e seus efeitos, nos termos da Lei n. 8.429/92, assinale a alternativa correta:

I- Admite-se o elemento subjetivo doloso em todas as categorias de improbidade, porém, a conduta culposa somente em casos de enriquecimento ilícito.

II- São penas para atos de improbidade administrativa que atentam contra os Princípios da Administração Pública o ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

III- É ato que se configura Prejuízo ao Erário nos termos da lei de improbidade administrativa o ato de perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

IV- A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

- A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- D) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 32

Em relação à Administração direta e indireta federal, marque a alternativa correta:

I- Autarquia: o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

II- O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva a autarquia ou fundação que tenha um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento e celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor.

III- O ex dirigente de Agência Executiva fica impedido para o exercício de atividades ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por um período mínimo de quatro meses, de acordo com a sua lei de criação, contados da exoneração ou do término do seu mandato.

IV- Aos juízes federais compete processar e julgar as contravenções praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.

- A) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- B) Somente as afirmativa II e III estão corretas.
- C) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- D) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- E) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

Questão 33

Sobre a licitação e o Contrato Administrativo, marque a alternativa correta:

- A) Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Sendo entendido por empate no pregão aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço.
- B) empreitada integral ocorre quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total.
- C) Considera-se de natureza singular o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
- D) A prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a setenta e dois meses.
- E) A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

Questão 34

Anazildo, servidor público estável, após realização de Processo Administrativo Disciplinar, foi apenado com demissão por suposto envolvimento em caso de corrupção. Inconformado com a decisão administrativa, interpôs recurso administrativo junto à autoridade máxima do órgão a que estava subordinado. Ao analisar o processo, a autoridade julgadora verificou falta de contraditório e da ampla defesa. Em relação ao caso hipotético, a autoridade deve:

- A) anular o ato que determinou a demissão de Anazildo por vício de legalidade.
- B) anular o ato que determinou a demissão de Anazildo por questão de oportunidade da Administração.
- C) revogar o ato que determinou a demissão de Anazildo por conveniência da Administração.
- D) revogar o ato que determinou a demissão de Anazildo, pois o contraditório e a ampla defesa são garantias constitucionais.
- E) reencaminhar o processo à Comissão para que seja corrigida a falha procedimental, visto que a falta de respeito ao contraditório e ampla defesa se trata apenas de irregularidade formal.

Questão 35

Sobre os Poderes e Princípios da Administração, assinale a alternativa incorreta:

- A) O princípio do contraditório e da ampla defesa no processo administrativo se encontram previstos expressamente na Constituição Federal de 1988.
- B) Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

C) O princípio da autotutela é aquele em que a administração, em casos de necessidade e emergência, pode atuar sem a necessidade de determinação judicial.

D) O desvio de poder ou desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

E) O *Habeas Data* é o remédio constitucional que assegura o princípio da informação.

Questão 36

No que tange à ação penal, analise as alternativas e marque a correta:

- A) Ação penal será, via de regra, pública e, para que ação penal seja privada, será necessário que a lei assim o defina.
- B) Se o Ministério Público, ao formular a denúncia, deixar de incluir algum dos indiciados, poderá a vítima promover a ação penal privada subsidiária da pública.
- C) Após o oferecimento da denúncia, não haverá mais possibilidade de o Ministério Público promover aditamento visando incluir outro réu.
- D) Quando faltar justa causa para ação penal, o acusado deverá ser absolvido sumariamente.
- E) A ação será pública incondicionada quando se tratar de crimes cometidos contra a honra do funcionário quando no pleno exercício de suas funções.

Questão 37

No que diz respeito ao concurso de pessoas:

I- A teoria monista, também chamada de igualitária ou unitária, define e estabelece graus de participação de cada agente conforme a sua culpabilidade, assim, todos os participantes (autores ou partícipes) da infração penal irão responder pelo mesmo crime.

II- A autoria colateral é uma das modalidades de co-autoria previstas no direito penal brasileiro e se define quando duas ou mais pessoas, com o mesmo liame subjetivo, realizam simultaneamente uma conduta típica penal.

III- O concurso de pessoas compreende a contribuição puramente objetiva em causar o resultado, mas também dá importância na contribuição subjetiva, além da adesão consciente, ainda que involuntária, no desejo de alcançar o resultado.

Assinale a alternativa correta:

- A) Somente o item III está correto.
- B) Somente os itens II e III estão corretos.
- C) Somente os itens I e II estão corretos.
- D) Somente o item II está correto.
- E) Somente o item I está correto.

Questão 38

O artigo 317 do Código Penal Brasileiro trás algumas distinções normativas que podem ser definidas como as assertivas a seguir:

I- O funcionário público, em consequência de recebimento de vantagem ou promessa, retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringido dever funcional.

II- O funcionário público, cedendo a pedido ou influência de outrem, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional.

No que tange à tipificação penal e às consequências punitivas das duas assertivas, temos:

- A) o item I é corrupção passiva com qualificadora; o item II é corrupção passiva com causa de diminuição de pena.
- B) o item I é corrupção ativa com causa de aumento de pena; o item II é corrupção ativa com causa de diminuição de pena.
- C) o item I é corrupção passiva com causa de aumento de pena; o item II é corrupção passiva com privilégio.

D) o item I é corrupção passiva com qualificadora de aumento de pena; o item II é corrupção passiva com qualificadora.

E) o item I é corrupção passiva com causa de aumento de pena; o item II é corrupção ativa com privilégio.

Questão 39

O Tribunal de Contas do Estado X editou Instrução Normativa n.º 01 dispendo sobre a elaboração e fiscalização do Plano Plurianual no âmbito estadual. O artigo 1º da Instrução Normativa determina que a elaboração do Plano Plurianual e suas alterações anuais devem conter memórias de cálculo que reflitam o Programa de Trabalho, destacando-se as diretrizes, os objetivos e as metas administrativas relativas a despesas de capital e outras delas decorrentes e aos programas de duração continuada, sustentado em pesquisas junto às comunidades sobre as necessidades públicas segundo as prioridades programáticas. Com base nessas informações, marque a alternativa correta:

A) Os Tribunais de Contas dos Estados têm por finalidade a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e operacional do Estado e dos Municípios em que não houver Tribunal de Contas. Assim, a Instrução Normativa n.º 01 não apresenta vício de inconstitucionalidade, já que foi editada de acordo com a competência do Tribunal de Contas do Estado X.

B) A Instrução Normativa n.º 01 apresenta vício de inconstitucionalidade material, eis que a iniciativa para legislar sobre a elaboração do plano plurianual é da Assembleia Legislativa.

C) Embora o art. 1º da Instrução Normativa n.º 01 seja inconstitucional, a inconstitucionalidade não pode ser suscitada pela via da ação direta de inconstitucionalidade, dada a natureza jurídica da Instrução Normativa. Assim, caberá arguição de descumprimento de preceito fundamental ao Supremo Tribunal Federal.

D) O art. 1º da Instrução Normativa é inconstitucional porque viola a reserva de lei complementar de índole nacional acerca da elaboração de plano plurianual, sendo cabível ação direta de inconstitucionalidade para suscitar vício.

E) Como o art. 1º da Instrução Normativa n.º 01 apresenta vício de inconstitucionalidade formal, toda a Instrução fica viciada, de modo que o Tribunal, ao proferir a inconstitucionalidade, deve estender o juízo de censura às outras partes da Instrução, ainda àqueles artigos que puderem subsistir de forma autônoma.

Questão 40

Quanto ao controle jurisdicional de políticas públicas, especificamente no que se refere à promoção de medidas e/ou execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais, leia os itens seguintes:

I- O Poder Judiciário não pode determinar que o Estado promova obras em estabelecimentos prisionais, eis que isso invadiria a conveniência e oportunidade da Administração Pública, além de caracterizar ingerência inconstitucional nas regras orçamentárias.

II- Aos juízes é assegurado o poder geral de cautela, mediante o qual lhes é permitido conceder medidas atípicas, sempre que se mostrem necessárias para assegurar a efetividade do direito buscado.

III- Por envolver direitos sociais, as normas constitucionais envolvidas na situação têm natureza programática, de modo que a conveniência e oportunidade para implementação devem ser definidas pela Administração Pública, sem interferência do Judiciário.

IV- O juiz só pode intervir nas situações em que se evidencie um não fazer comissivo ou omissivo por parte das autoridades estatais que coloque em risco, de maneira grave e iminente, os direitos dos jurisdicionados.

Marque a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência recente do STF:

A) Apenas os itens I e III estão corretos.

B) Apenas os itens II e III estão corretos.

C) Apenas os itens II e IV estão corretos.

D) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

E) Apenas os itens I e IV estão corretos.

Questão 41

Autoridades policiais invadiram, sem mandado de busca e apreensão, o domicílio de um suspeito de crime de tráfico de drogas para coleta de provas. Neste caso, é correto afirmar:

A) O STF entende que é lícita a entrada forçada em domicílio, sem mandado judicial, quando amparada em fundadas razões que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito. No caso do tráfico de drogas, por ser crime permanente, é viável o ingresso forçado pela polícia, independentemente de determinação judicial.

B) Sendo lícito o ingresso forçado no domicílio do suspeito de crime de tráfico de drogas, o ato prescinde de controle judicial posterior.

C) O direito fundamental à inviolabilidade de domicílio não é absoluto e sucumbe à investigação de qualquer crime hediondo, como o tráfico de drogas, podendo, neste caso, a autoridade policial ingressar na casa do suspeito mesmo sem autorização judicial.

D) A invasão do domicílio do suspeito apenas poderia ter ocorrido se houvesse flagrante delito, o que não foi o caso.

E) A Constituição da República apenas exige determinação judicial se o ingresso forçado no domicílio ocorrer durante o dia. Assim, se ocorrer durante a noite, a invasão pode se dar em qualquer circunstância, mesmo sem ordem judicial.

Questão 42

De acordo com a Constituição da República de 1988, a fiscalização do Município será exercida:

A) pelo Tribunal de Contas do Município, tendo a Constituição determinado que todo Município deve ter seu próprio Tribunal de Contas.

B) pelo Poder Legislativo Municipal.

C) pela Assembleia Legislativa do Estado ao qual pertence o Município.

D) apenas por órgão do Poder Executivo criado especialmente para esse fim.

E) apenas pela Controladoria-Geral do Município.

Questão 43

Um motorista do Município Y envolveu-se em acidente de trânsito em 1997, causando danos irreversíveis ao veículo que conduzia. Do acidente não resultaram danos ao patrimônio de particular. Em 2008, o Município ajuizou ação de ressarcimento contra o servidor. Neste caso, é correto afirmar:

A) A pretensão de ressarcimento ao erário é imprescritível, conforme preceitua o art. 37 § 4º, CRFB. Assim, a pretensão do Município Y pode ser exercida em 2008.

B) A pretensão de ressarcimento ao erário é de 5 (cinco) anos, contados da data da ocorrência do ato ilícito. Assim, a pretensão do Município Y já estava prescrita quando do ajuizamento da ação.

C) A prescrição da pretensão de ressarcimento do Município Y observa o disposto no Código Civil. Como o prazo começou a correr ainda na vigência do Código Civil de 1916, o prazo prescricional é vintenário e apenas terminará em 2017.

D) A prescrição da pretensão de ressarcimento do Município Y observa o disposto no Código Civil. O Código Civil de 2002 diminuiu o prazo para 3 (três) anos, razão pela qual a pretensão do Município Y prescreveu no dia em que o Código Civil de 2002 passou a vigor.

E) A pretensão de ressarcimento do Município Y prescreveu em 2006.

Questão 44

Acerca do contrato de alienação fiduciária de veículos, julgue os itens como Verdadeiro (V) ou Falso (F):

I- A Lei n.º 11.881/2008, ao simplificar o procedimento ligado à alienação fiduciária de veículo automotor, causou ingerência da União nos órgãos de trânsito estaduais, violando o pacto federativo.

II- O STF considerou inconstitucional o art. 1.361 §1º do Código Civil, segundo o qual a propriedade fiduciária constitui-se com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, ou em se tratando de veículos, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro.

III- O STF reconheceu a repercussão geral na controvérsia sobre a obrigatoriedade do registro, no cartório de títulos e documento, do contrato de alienação fiduciária de veículos automotores, mesmo com a anotação no órgão de licenciamento.

Marque a alternativa correta:

- A) I- V; II- F; III- F.
- B) I- F; II- F; III- V.
- C) I- V; II- F; III- V.
- D) I- F; II- V; III- F.
- E) I- F; II- F. III- F.

Questão 45

De acordo com o Código Civil, são direitos reais, exceto:

- A) a posse.
- B) a propriedade.
- C) a superfície.
- D) a habitação.
- E) a concessão de uso especial para fins de moradia.

Questão 46

De acordo com a Constituição da República de 1988, é reserva de lei complementar:

- I- o plano plurianual;
- II- as diretrizes orçamentárias;
- III- os orçamentos anuais;
- IV- lei que disponha sobre critérios para a execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório, para a realização o disposto no art. 166 § 11, CRFB;
- V- lei que estabeleça normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Marque a alternativa correta:

- A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- D) Apenas os itens IV e V estão corretos.
- E) Apenas os itens I, IV e V estão corretos.

Questão 47

O art. 6º da Lei Complementar nº 105/2001 estabelece que as autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente. Sobre o tema, julgue os itens como Verdadeiro (V) ou Falso (F):

I- Recentemente, o STF reconheceu a existência de repercussão geral no caso de fornecimento de informações sobre movimentação bancária de contribuintes, pelas instituições financeiras, diretamente ao fisco, sem prévia autorização judicial.

II- O STF decidiu no julgamento da ADI 2390 que o dispositivo em comento é inconstitucional por violar o direito fundamental do contribuinte ao sigilo bancário.

III- O STF, no julgamento da ADI 2386, deu ao dispositivo interpretação conforme a Constituição para aceitar que a quebra de sigilo sem autorização judicial seja feita apenas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, vedado aos Municípios o acesso aos documentos descritos no art. 6º sem prévia autorização judicial.

Marque a alternativa correta:

- A) I- V; II- F; III- F.
- B) I- V; II- V; III- F.
- C) I- V; II- F; III- V.
- D) I- F; II- V; III- F.
- E) I- F; II- F; III- F.

Questão 48

A Empresa Ltda foi condenada pelo Tribunal de Contas do Estado a ressarcir o erário, além de pagar multa em razão de superfaturamento de preços constatado em aditamentos contratuais por ela celebrados pela Administração Pública. Sabendo que a situação demanda a análise pericial e verificação de preços, dados e tabelas, caso a Empresa Ltda queira anular o acórdão do TCE, deve:

- A) impetrar mandado de segurança. A competência originária, nesse caso, é do Tribunal de Justiça do Estado.
- B) impetrar mandado de segurança. A competência originária, nesse caso, é de uma das varas de Fazenda Pública da Comarca do Município.
- C) ajuizar ação civil pública.
- D) manejar embargos à execução, caso o Estado tenha ingressado com execução fiscal.
- E) propor reclamação ao STF, eis que a Corte Suprema já decidiu que o Tribunal de Contas não tem competência para impor essa condenação.

Questão 49

Quanto à jurisprudência do STF no que se refere à ação civil pública julgue os itens em Verdadeiro (V) ou Falso (F):

I- O STF reconheceu a inconstitucionalidade do art. 5º, II, da Lei da Ação Civil Pública, de modo que a Defensoria Pública não pode ajuizar ação civil pública para compelir o Município a fornecer medicamento a indivíduo necessitado.

II- Atualmente ainda está pendente de julgamento recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida, sobre a legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças.

III- O Ministério Público não tem legitimidade ativa para deduzir pretensão de restituição dos valores pagos por contribuintes a título de taxa de iluminação pública.

Marque a alternativa correta:

- A) I- V; II- F; III- F.
- B) I- F; II- V; III- V.
- C) I- V; II- F; III- V.
- D) I- F; II- V; III- F.
- E) I- F; II- F; III- V.

Questão 50

Marque a alternativa correta sobre a suspensão de liminar:

- A) A competência para processar e julgar suspensão de liminar proposta pelo Município é de Vara Cível com competência para as causas que envolvam a Fazenda Pública.
- B) O prazo para propor suspensão de liminar é o mesmo do recurso cabível contra a decisão interlocutória.
- C) A suspensão de liminar somente é cabível para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.
- D) Da decisão que negar a suspensão cabe agravo no prazo de 10 (dez) dias.
- E) Se do julgamento do agravo contra a decisão que concedeu a suspensão resultar em restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.

